

Caixa ameaça executar as dívidas dos estados

Publica 05 MAI 1992

BRASÍLIA — O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Alvaro Mendonça, fez ontem uma advertência aos estados e municípios, que têm um débito em atraso de Cr\$ 5 trilhões junto à CEF, em função de empréstimos contraídos com recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço): se governadores e prefeitos não concluírem em 30 dias a renegociação de suas dívidas junto ao Governo, a Caixa vai executar as garantias previstas nos contratos.

A execução foi determinada na semana passada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que fez uma auditoria nas contas do FGTS. No seu voto, o ministro Luciano Brândão criticou a inoperância da Caixa na cobrança das dívidas junto ao setor público e indicou medidas para que o Fundo possa se ressarcir das perdas provocadas pelo não-pagamento. O prazo de 30 dias para a execução começará a contar da

data em que a CEF for notificada oficialmente da decisão do TCU, o que ainda não ocorreu.

Segundo Mendonça, existem duas formas de execução das dívidas. A primeira é a venda de imóveis dados em garantia no momento da contratação dos empréstimos. O segundo é o bloqueio dos recursos dos Fundos de Participação de Estados e Municípios, integrados pela arrecadação do Imposto de Renda e do IUPI, para quem está inadimplente. Segundo Mendonça, o Estado do Rio já renegociou sua dívida e por isto continua recebendo recursos da Caixa.

O presidente da CEF revelou ainda que 1.795 prefeituras e quatro estados (Maranhão, Mato Grosso, Pará e Pernambuco) se habilitaram para refinanceir sua dívida decorrente do não-recolhimento do FGTS de seus funcionários com prazo de até 15 anos.